

ANA ISABEL SOARES PINTO

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

**ÁREAS DE INTERESSE / INVESTIGAÇÃO:**

Direito da União Europeia

Contencioso da União Europeia

Direito Internacional Público

Direitos Fundamentais

Espaço de liberdade, segurança e justiça

**GRAUS ACADÉMICOS:**

- Licenciatura em Direito, 1998
- Mestrado em Ciências Jurídico-Comunitárias, 2004
- Doutoramento em Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias, 2015

**INVESTIGAÇÃO E COOPERAÇÃO CIENTÍFICAS**

**Membro de centros de investigação:** Investigadora principal do Centro de Investigação de Direito Público do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

**Membros de projetos internacionais de investigação:** AREP – Associação Interuniversitária de Estudos Europeus (ECSA nacional)

**OUTRAS ACTIVIDADES PROFISSIONAIS:**

Formadora de Direito Europeu e Internacional dos XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI and XXXII Cursos de Formação teórico-prática para Magistrados Judiciais e dos I, II, III e IV Cursos de formação teórico-prático para Magistrados dos TAF, Centro de Estudos Judiciários: 2008/2017.

Coordenação da actividade do Ministério da Justiça na área do direito comunitário, no quadro da preparação e do exercício do trio de presidências coordenadas do

Conselho da União Europeia, no qual se incluiu a Presidência Portuguesa: 2007/2008.

**PUBLICAÇÕES MAIS RELEVANTES:**

“A obrigação de interpretação conforme em direito da União Europeia”, *Liber amicorum Fausto de Quadros*, vol. I, Almedina, 2016, pp. 147-170.

“O dever de conhecimento oficioso do direito da União Europeia – Em especial as cláusulas abusivas”, *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2013- II, pp. 363 e ss.

*Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria penal e processual penal*, e-book, Centro de Estudos Judiciários, 2013.

“A Carta dos direitos fundamentais da União Europeia e a redução salarial dos funcionários públicos: anotação ao Despacho do Tribunal de Justiça de 7 de Março de 2013, Sindicato dos Bancários do norte e outros - processo C-128/12”, *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2013-I, pp. 307 e ss.

“A aplicação da tramitação prejudicial urgente no espaço de liberdade, segurança e justiça pelo Tribunal de Justiça: um primeiro balanço”, *Estudos em homenagem ao Professor Alberto Xavier*, vol. III, Almedina, 2013, pp. 39 e ss.

“Acções privilegiadas («golden shares»), segurança pública e razões imperiosas de interesse geral – as acções privilegiadas detidas pelo Estado português na GALP Energia, SGPS S.A. (GALP): anotação ao acórdão do Tribunal de Justiça, de 10 de Novembro de 2011, *Comissão contra Portugal*, processo C-212/09”, *Anuário português de direito internacional 2011*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2012, pp. 146 e ss.

“Breves reflexões sobre as implicações do acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, *M. S. S.*, no espaço de liberdade, segurança e justiça”, *Obra colectiva em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, vol. V, Coimbra editora, 2012, pp. 65 e ss.